

Grupo NC Farma

Demonstrações Financeiras Combinadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Grupo NC Farma

Demonstrações financeiras combinadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas	1
Balanço patrimonial combinado	4
Demonstração do resultado combinada	6
Demonstração do resultado abrangente combinada	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido combinadas.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa combinados	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas.....	10



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

À Diretoria e aos Acionistas do
Grupo NC Farma

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo NC Farma em 31 de dezembro de 2023, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 44 – Demonstrações Combinadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras combinadas, que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo NC Farma avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nessa data. Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 8 de março de 2023, sem ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

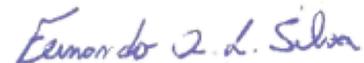
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

GRUPO NC

Demonstrações Financeiras Combinadas

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Balanço patrimonial combinado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	535.218	608.235
Aplicações financeiras	7.1	137.961	-
Contas a receber de clientes	9	1.680.102	1.569.063
Contas a receber de partes relacionadas	27.a	8.911	14.930
Estoques	10	1.749.257	1.582.866
Tributos a recuperar	11	729.152	727.486
Outros recebíveis	12	89.786	50.179
Instrumentos financeiros derivativos	6	166	-
Ativos de operações descontinuadas	1.b	12.893	36.511
Total do ativo circulante		4.943.446	4.589.270
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimo	8	81.766	1.285
Tributos a recuperar	11	256.143	453.831
Depósitos judiciais	18	68.421	80.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	234.502	193.214
Outros recebíveis	12	6.629	6.630
Direito de uso ativo	13.a	265.822	260.310
Imobilizado	14	1.498.072	1.422.111
Intangível		32.090	27.486
Total do ativo não circulante		2.443.445	2.445.471
Total do ativo		7.386.891	7.034.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Balanço patrimonial combinado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	16	599.454	751.917
Fornecedores a pagar partes relacionadas	27.a	19.401	12.300
Instrumentos financeiros derivativos		-	6
Empréstimos e financiamentos	15	22.243	26.485
Debêntures		4.153	4.757
Passivo de arrendamento	13.b	73.838	67.209
Salários e encargos	17	228.235	194.948
Tributos a recolher		53.552	47.970
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.c	88.780	125.364
Impostos parcelados	20	19.224	32.125
Dividendos a pagar	27.b	752.684	548.815
Outras contas a pagar	21	219.157	232.691
Passivos de operações descontinuadas		1.034	2.023
Total do passivo circulante		2.133.215	2.046.610
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	48.735	76.687
Debêntures	15	220.000	220.000
Passivo de arrendamento	13.b	214.009	211.355
Impostos parcelados	20	-	13.182
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	351.964	276.266
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	62.419	56.777
Outras contas a pagar	21	34.742	62.986
Total do passivo não circulante		931.869	917.253
Total do passivo		3.065.084	2.963.863
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	1.630.781	1.408.937
Reserva de capital	22.b	(81.443)	82.576
Ajustes de avaliação patrimonial		11.190	10.953
Reservas de lucros	22.c	2.807.841	2.562.922
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.368.369	4.065.388
Participação de não controladores		4.898	5.490
Total do patrimônio líquido		4.373.267	4.070.878
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.386.891	7.034.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstração do resultado combinado
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	23	7.944.868	6.770.708
Custo dos produtos vendidos	24	(2.620.209)	(2.301.809)
Lucro bruto		<u>5.324.659</u>	<u>4.468.899</u>
Despesas com vendas	24	(829.499)	(523.109)
Despesas administrativas	24	(1.824.609)	(1.527.099)
Outras (despesas) receitas, líquidas	25	(132.265)	365
Lucro operacional		<u>2.538.286</u>	<u>2.419.056</u>
Receitas financeiras	26	171.099	307.252
Despesas financeiras	26	(169.642)	(292.320)
Resultado financeiro, líquido		<u>1.457</u>	<u>14.932</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.539.743	2.433.988
Imposto de renda e contribuição social	19.b	(374.658)	(425.144)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		<u>2.165.085</u>	<u>2.008.844</u>
Operações descontinuadas			
Resultado líquido das operações descontinuadas		(22.627)	1.091
Lucro líquido do exercício		<u>2.142.458</u>	<u>2.009.935</u>
Lucro atribuível à acionistas controladores		2.140.315	2.000.965
Lucro atribuível à acionistas não controladores		2.143	8.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstração do resultado abrangente combinado
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	2.142.458	2.009.935
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado:		
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	237	(6.968)
Resultado abrangente total	<u>2.142.695</u>	<u>2.002.967</u>
Resultado abrangente atribuível:		
Acionistas controladores	2.140.552	1.993.997
Acionistas não controladores	2.143	8.970
Resultado abrangente total	<u>2.142.695</u>	<u>2.002.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Acionistas controladores										
	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros	Total				
Em 31 de dezembro de 2021	1.399.787	164.019	17.921	762.504	44.342	1.015.000	1.821.846	-	3.403.573	53.822	3.457.395
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.000.965	2.000.965	8.970	2.009.935
Operações no exterior e diferença cambiais na conversão	-	-	(6.968)	-	-	-	-	-	(6.968)	-	(6.968)
Novas entidades combinadas	9.150	-	-	-	-	(35.174)	(35.174)	-	(26.024)	-	(26.024)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	176.897	176.897	(176.897)	-	-	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	-	-	-	593.863	-	-	593.863	(593.863)	-	-	-
Constituição complementar de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.490	-	-	5.490	(5.490)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(1.157.064)	(1.157.064)	-	(1.157.064)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(67.651)	(67.651)	-	(67.651)
Transação com sócio – alteração de participação (nota 21.b)	-	(81.433)	-	-	-	-	-	-	(81.443)	(56.989)	(138.432)
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(313)	(31)
Em 31 de dezembro de 2022	1.408.937	82.576	10.953	1.361.857	44.342	1.156.723	2.562.922	-	4.065.388	5.490	4.070.878
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.140.315	2.140.315	2.143	2.142.458
Outros resultados abrangentes do período	-	-	237	-	-	-	-	-	237	-	237
Inclusão da entidade na combinação de negócio	10	-	-	-	-	(6.460)	(6.460)	-	(6.450)	(28)	(6.478)
Aumento de capital	57.815	-	-	-	-	-	-	-	57.815	-	57.815
Aumento de capital via reserva	164.019	(164.019)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação com sócios - alteração de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157)	(157)
Dividendos distribuídos aos acionistas e JCP	-	-	-	-	-	(1.862.400)	(1.862.400)	-	(1.862.400)	(2.550)	(1.864.950)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	1.298.189	1.298.189	(1.298.189)	-	-	-
Reclassificação para reserva de incentivos fiscais para reserva de retenção de lucros	-	-	-	(1.190.397)	-	1.190.397	-	-	-	-	-
Complemento de constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	5.030	-	(5.030)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	16.546	-	16.546	(16.546)	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(26.536)	(26.536)	-	(26.536)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	799.044	-	-	799.044	(799.044)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.630.781	(81.443)	11.190	975.534	60.888	1.771.419	2.807.841	-	4.368.369	4.898	4.373.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		2.539.743	2.433.988
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		(22.627)	1.091
Ajustes de			
Depreciação e amortização	24	164.128	127.411
Baixas de direito de uso		(7.067)	(2.741)
Custo do imobilizado baixado	14	12.996	2.600
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	9	17	2.478
Provisão de devolução	9 e 10	(3.190)	4.951
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	10	(50.196)	112.973
Provisão (reversão) para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	18	83.825	42.120
Provisão para perdas de valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)		(21)	42
Provisão de juros		37.647	31.307
Despesa financeira dos ajustes a valor presente de arrendamento	15	35.288	32.699
Ganho de subvenção no resultado referente concessão de ICMS		(5.030)	-
Perdas (ganhos) cambiais e monetários não realizados de atividades financeiras		19.629	(94)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	9	(107.826)	(220.892)
Estoques	10	(116.144)	(337.158)
Contas a receber de partes relacionadas	27.a	30.114	50.533
Tributos a recuperar	11	29.798	(164.630)
Outros recebíveis	12	(45.337)	10.158
Depósitos judiciais	18	21.248	(1.769)
Fornecedores e outras obrigações	16	(130.151)	411.509
Tributos a recolher		5.427	3.718
Impostos parcelados	20	(26.083)	(23.004)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	27.a	6.928	(47.450)
Caixa (utilizado) gerado nas operações		2.473.116	2.469.840
Juros pagos	15	(38.396)	(48.363)
Pagamento de processos judiciais		(37.574)	(17.989)
Imposto de renda e contribuição social pagos	19	(280.916)	(229.720)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		2.116.230	2.173.768
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	8	(80.481)	-
Aplicação financeira	7.1	(137.961)	-
Aquisição de ativo imobilizado	14	(181.570)	(214.057)
Aquisição de ativo intangível		-	(1.139)
Aumento de capital social em dinheiro	22.a	15.815	(138.432)
Inclusão de entidade de combinação de negócio		857	4.266
Outros investimentos		80	(6.814)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades de investimento		(383.260)	(356.176)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		-	722
Captação de empréstimos	15	-	305.415
Pagamento de principal de empréstimos	15	(27.019)	(362.338)
Pagamento de principal de empréstimos com partes relacionadas	27.c	-	(10.294)
Pagamento de arrendamentos	13.b	(99.724)	(80.712)
Dividendos pagos	22	(1.685.067)	(1.283.375)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.811.810)	(1.430.582)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(78.840)	387.010
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício das operações continuadas	7	608.235	229.859
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício das operações descontinuadas	1.b.1	8.634	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações continuadas	7	535.218	608.235
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações descontinuadas	1.b.1	2.811	8.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional e base para elaboração das informações financeiras combinadas

a. Contexto operacional

O Grupo NC Farma (Grupo) é um conglomerado de empresas brasileiras do ramo farmacêutico e líder do mercado farmacêutico nacional, o principal destaque do Grupo é a entidade EMS S.A.

As demonstrações financeiras do Grupo foram combinadas, para demonstrar a posição e performance financeira das Empresas sob administração comum do Grupo e, visto que as decisões são tomadas em conjunto, e representam a posição patrimonial das operações por ela mantidas. A definição das Empresas combinadas levou em consideração os seguintes aspectos:

(i) Atuam sob a mesma gestão; e (ii) Estão sob o controle direto ou indireto do Grupo, que incluem as demonstrações financeiras mencionadas no item b abaixo.

Aquisição Dermacyd - categoria de sabonete íntimo

Em 27 de abril de 2023, a EMS S.A em conjunto com a Globe Pharma S.A.R.L. (empresa coligada sobre controle de controlador indireto em comum) assinou o contrato de compra da marca Dermacyd, líder no país na categoria de sabonete íntimo. A marca global foi adquirida dentro da estratégia de expandir o seu processo de internacionalização, reposicionar a empresa e ampliar sua participação no segmento de OTC (medicamentos isentos de prescrição). A participação da EMS na aquisição marca corresponde a 55%, referente aos itens comercializados nacionalmente, e a participação da Globe Pharma corresponde a 45%, referente aos itens comercializados internacionalmente, sob o nome Lactacyd.

A transação possui valor total de 66 milhões de euros, envolvendo a aquisição de direito de produção e comercialização da marca contendo 17 itens de higiene, incluindo as que são comercializadas no México, Peru e Argentina sob o nome de Lactacyd. Fazem parte dessa transação certos ativos e passivos, compostos principalmente por estoques, ativos imobilizados detalhados em contrato, contas a receber de clientes, material promocional de vendas, passivos de tributos de vendas gerados após a compra, passivos referentes a devoluções e recolhimentos de produtos, e outros ativos e passivos que possam ser gerados sobre a operação de compra em si.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a transação em 23 de junho de 2023, porém os novos ativos e passivos devem ser assumidos apenas após determinadas condições precedentes serem superadas de forma concomitante a realização do pagamento do caixa, cujo fechamento da transação ocorreu em 31 de janeiro de 2024. Tais condições precedentes incluem transferência de titularidade e domínio da marca, licença de know-how de fabricação dos produtos, registro nos órgãos de regulamentação locais ("ANVISA"), estoques e máquinas para fabricação, os quais não foram entregues até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, a Administração do Grupo entende que as obrigações de performance não foram atendidas e não há passivo a ser reconhecido.

Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia realizou o pagamento da operação de aquisição no montante de R\$198.432 correspondente a 55% da operação, mais detalhes vide nota explicativa nº 31.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

b. Base para elaboração das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas às atividades do Grupo NC Farma, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo NC Farma, os seguintes procedimentos foram observados:

b.1) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- EMS S.A. ("EMS") - é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas, tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da EMS está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.
- CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A (CPM) - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão seria de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º de agosto de 2015.

O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizam R\$74.451, dos quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas.

Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e de resultados em 31 de dezembro de 2023, quando aplicável:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.811	8.634
Contas a receber de clientes	-	23.979
Contas a receber de partes relacionadas	75	75
Estoques	29	41
Tributos a recuperar	788	527
Antecipação de dividendos	6.000	-
Outros recebíveis	122	241
Total do ativo circulante	9.825	33.497
Não circulante		
Tributos a recuperar	2.913	2.913
Depósitos judiciais	175	101
Total do ativo não circulante	3.088	3.014
Total do ativo	12.913	36.511
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	57	500
Passivo de arrendamento	21	42
Tributos a recolher	15	36
Outras contas a pagar	50	30
Total do passivo circulante	143	608
Não circulante		
Provisão para perdas com processos judiciais	907	1.415
Total do passivo não circulante	907	1.415
Total do passivo	1.050	2.023
Capital social	33.397	33.397
Reservas de lucros (prejuízos acumulados)	(21.534)	1.091
Total do patrimônio líquido (i)	11.863	34.488
Total do passivo e do patrimônio líquido	12.913	36.511

(i) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da combinação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o exercício em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas administrativas	(23.494)	(469)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(54)	173
Lucro operacional	<u>(23.548)</u>	<u>(296)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>921</u>	<u>1.397</u>
Prejuízo líquido do exercício	(22.627)	(1.101)
Imposto de renda e contribuição social	-	(10)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>(22.627)</u>	<u>1.091</u>
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(22.627)	(1.011)
Ajustes de		
Depreciação e amortização	-	334
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	21.930	-
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)	(21)	(786)
Provisão para processos judiciais	(508)	957
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	2.049	50.772
Estoque	12	169
Tributos a recuperar	(261)	2.135
Demais contas a receber	119	(119)
Depósitos judiciais	(74)	(61)
Fornecedores e outras obrigações	(238)	(696)
Tributos a recolher	(31)	(4)
Fornecedores com partes relacionadas	(173)	173
Caixa gerado (utilizado nas) atividades operacionais	<u>177</u>	<u>53.637</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital social	-	(31.208)
Dividendos pagos aos acionistas/ quotistas do Grupo	(6.000)	(18.793)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(6.000)</u>	<u>(50.001)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(5.823)</u>	<u>3.636</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	8.634	4.998
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	2.811	8.634

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- EMS Sigma Pharma Ltda. (EMS Sigma) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da (EMS S/A) para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.
- Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. (Legrand) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.
- Luxbiotech Farmacêutica Ltda. (Luxbiotech) - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocsméticos de última geração em âmbito nacional, e revenda de produtos comercializados adquiridos da controladora.
- Monteresearch SRL (Monteresearch) - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de *drug delivery systems*, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras.
- Rio Bio *Pharmaceuticals*, LLC (Rio Bio) - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em *joint ventures* ou outras sociedades como quotista, acionista ou sócia.
- Germed Farmacêutica Ltda. (Germed) - Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 1964. A empresa tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, homeopáticos, veterinários, odontológicos, alimentícios dietéticos, de higiene, de toucador, cosméticos, perfumes, domissanitários, fitossanitários, insumos farmacêuticos, drogas e correlatos, síntese de antibióticos, de química fina e industrial.
- Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Novamed) - Localizada em Manaus/AM, é uma empresa constituída em 04 de agosto de 2010 e que iniciou suas atividades operacionais em julho de 2014, tendo por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos, próprios e de terceiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- Multilab Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Multilab) - Localizada em São Jerônimo/RS, tem como objetivo fabricação e comercialização de medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e produtos alimentícios, no âmbito nacional e internacional. A empresa foi adquirida pelo Grupo NC em 2018 através da Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. Em junho de 2022 a Novamed adquiriu 12,1% de participação da Multilab, que se referiam à participação de acionistas não controladores, passando a ser a única quotista da Multilab.
- Snellog - Armazéns Gerais e Logística Ltda (Snellog)- Localizada em Jaguariúna/SP, é uma empresa constituída em 22 de agosto de 2007 que tem como objeto atividade de armazenamento e depósitos de mercadorias em geral, organização e transporte de carga. A empresa passou a ser combinada nas demonstrações financeiras baseada na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.
- Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Lafiman) - Localizada em Hortolândia/SP, foi constituída em 4 de novembro de 2003, e tem como objeto a comercialização de produtos farmacêuticos, odontológicos, alimentícios, cosméticos, dentre outros relacionados, próprios ou de terceiros. A empresa passou a ser combinada nas demonstrações financeiras baseada na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.
- Rio Biofarma Brasil Ltda - Localizada em Hortolândia/SP, é uma empresa constituída em 28 de abril de 2021 que tem como objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia. A empresa passou a ser combinada nas demonstrações financeiras a partir de janeiro de 2023 baseado na estratégia de negócio do Grupo, visando obter informações contábeis de todos os negócios atuantes no mercado farmacêutico ou que possuem relação direta com as entidades atuantes no mercado farmacêutico.

Há outras entidades de controle comum que não fizeram parte das informações financeiras combinadas, que seriam as empresas Germed Farmacêutica LDA e Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplantes do Brasil Ltda. pois, apesar de serem negócios do ramo farmacêutico, elas estão relacionadas a pesquisas técnicas e pesquisa e desenvolvimento, por esse motivo a administração optou por não as incluir nessas demonstrações financeiras combinadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

As entidades combinadas têm participação societária das seguintes partes de forma direta ou indireta:

	EMS S.A (Consolidada)	Germed Farmacêutica Ltda	Lafiman	Snellog	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Multilab	Rio Biofarma	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Monteresearc h SRL	Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	CPM
EMS S.A	-	-	-	-	-	-	124.500	7.662.451	136.464	27.605.510	90.000	3.308	64.205.000
NC Farma Participações S.A	19.800.000	10.272.741	1.000.000	11.650.000	-	-	12.325.500	77.398	1.379	206.158	-	-	-
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	-	-	-	-	-	190.238.099	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	-	-	875.847.771	-	-	-	-	-	-	-	-
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20.000.000	10.272.741	1.000.000	11.650.000	1.167.797.029	190.238.099	12.450.000	7.739.849	137.843	97.723.009	90.000	3.308	64.205.000

As informações das demonstrações financeiras de cada uma das entidades combinadas podem ser assim sumarizadas:

Em 31 de dezembro de 2023	EMS S.A (Individual)	Germed Farmacêutica Ltda	Lafiman	Snellog	Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda	Multilab	Rio Biofarma	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Monteresearch SRL	Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	Total de eliminações	Operações descontinuadas	Combinado
Ativo circulante	3.913.617	417.138	21.216	24.464	2.437.320	892.670	18.329	228.198	338.817	115.861	11.262	1.445	(3.489.246)	9.805	4.940.896
Ativo não circulante	1.793.314	42.688	2.939	78.475	1.300.580	77.616	3.736	107.482	38.186	20.749	2.392	-	(1.027.800)	3.088	2.443.445
Passivo circulante	(4.068.600)	(103.250)	(5.595)	(41.177)	(257.889)	(183.101)	(21.962)	(309.110)	(151.244)	(47.866)	(4.637)	-	3.061.343	(127)	(2.133.215)
Passivo não circulante	(636.736)	(28.998)	(2.584)	(56.172)	(102.844)	(33.943)	(8.969)	(19.510)	(50.250)	(50.250)	-	-	22.944	(907)	(931.869)
Patrimônio líquido	(1.001.595)	(327.578)	(15.976)	(5.590)	(3.377.167)	(753.242)	13.797	(17.601)	(206.249)	(38.494)	(9.017)	(1.445)	1.432.759	(11.859)	(4.319.257)
Receita operacional líquida	6.135.274	1.072.361	22.640	78.951	3.231.513	1.266.896	-	355.413	930.606	138.636	10.900	-	(5.298.322)	-	7.944.868
Custo das vendas	(4.130.545)	(577.410)	(15.966)	(76.857)	(1.462.308)	(781.227)	(5.218)	(338.985)	(416.136)	(69.570)	(1.434)	-	5.255.447	-	(2.620.209)
Lucro bruto	2.004.729	494.951	6.674	2.094	1.769.205	485.669	(5.218)	16.428	514.470	69.066	9.466	-	(42.875)	-	5.324.659
Despesas operacionais	(1.698.335)	(231.068)	631	1.120	101.819	(126.048)	(14.641)	(3.659)	(205.740)	(55.063)	(11.770)	(50)	(567.118)	23.549	(2.786.373)
Resultado financeiro líquido	(37.821)	7.558	6.145	(9.892)	14.315	5.568	34	1.417	10.365	3.777	(12)	-	924	(921)	1.457
Resultado antes dos impostos	268.573	271.441	13.450	(6.678)	1.885.339	365.189	(19.825)	14.186	319.095	17.780	(2.316)	(50)	(609.069)	22.628	2.539.743
Imposto de renda e contribuição social	59.829	(76.998)	(4.128)	2.219	(132.484)	(112.217)	-	(4.139)	(103.979)	(2.760)	-	-	-	-	(374.658)
Resultado líquido do exercício das operações continuadas	328.402	194.443	9.322	(4.459)	1.752.855	252.972	(19.825)	10.047	215.116	15.020	(2.316)	(50)	(586.442)	-	2.165.085
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.628)	(22.628)

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Balço patrimonial - 31 de dezembro de 2022	EMS S.A (Individual)	Germel	Lafiman	Snellog	Novamed (individual)	Multilab	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	Rio Bio Pharmaceuticals,	Eliminações	Operações descontinuadas	Combinado
Ativo circulante	2.879.871	494.414	20.586	26.796	2.563.260	651.170	87.078	409.760	63.163	7.734	212	(2.238.929)	33.497	4.998.612
Ativo não circulante	1.790.264	77.989	12.177	86.501	1.042.872	159.875	174.615	81.033	19.600	1.555	-	(1.004.024)	3.014	2.445.471
Passivo circulante	(2.940.627)	(99.329)	(5.749)	(42.834)	(328.492)	(177.549)	(245.898)	(177.651)	(14.814)	(4.409)	-	1.991.350	(608)	(2.046.610)
Passivo não circulante	(587.934)	(40.179)	(62.361)	(63.914)	(94.509)	(28.227)	(8.240)	(17.008)	(21.921)	-	-	8.455	(1.415)	(917.253)
Patrimônio líquido	(1.141.574)	(432.895)	35.347	(6.549)	(3.183.131)	(605.269)	(7.555)	(296.134)	(46.028)	(4.880)	(212)	1.243.148	(34.488)	(4.480.220)
Receita operacional líquida	5.105.683	947.869	28.815	66.604	3.077.188	1.094.402	314.167	811.797	6.388	5.625	-	(4.679.240)	-	6.779.298
Custo das vendas	(3.328.390)	(516.976)	(21.130)	(68.180)	(1.395.480)	(737.026)	(310.484)	(465.752)	(5.845)	(568)	-	4.539.432	-	(2.310.399)
Lucro bruto	1.777.293	430.893	7.685	(1.576)	1.681.708	357.376	3.683	346.045	543	5.057	-	(139.808)	-	4.468.899
Despesas operacionais	(1.454.075)	(191.264)	(4.963)	3.336	81.538	(76.636)	(4.489)	(142.024)	(39.819)	(11.991)	(17.811)	(191.645)	-	(2.049.843)
Resultado financeiro líquido	(10.152)	6.483	516	(9.539)	5.739	10.237	(187)	6.845	5.001	(2)	(9)	-	-	14.932
Resultado antes dos impostos	313.066	246.112	3.238	(7.779)	1.768.985	290.977	(993)	210.866	(34.275)	(6.936)	(17.820)	(331.453)	-	2.433.988
Imposto de renda e contribuição social	(1.771)	(90.702)	(727)	2.496	(168.838)	(96.634)	423	(70.694)	1.303	-	-	-	-	(425.144)
Resultado líquido de operações continuadas	311.295	155.410	2.511	(5.283)	1.600.147	194.343	(570)	140.172	(32.972)	(6.936)	(17.820)	(331.453)	-	2.008.844
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091	1.091

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Crítérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Os princípios de demonstrações financeiras combinadas do CPC 44 e de demonstrações financeiras consolidadas do CPC 36 foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo, que considerou dentre outros procedimentos:

- Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas;
- Eliminação dos investimentos entre as empresas combinadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida, quando aplicável;
- Eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas combinadas;
- Cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado combinado (a participação direta dos acionistas controladores foi adicionada na participação das empresas, não sendo considerados como minoritários); e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional das entidades, exceto se expresso de outra forma. As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Julgamentos e estimativas relevantes

a) Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Comitê Tributário, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

e) Provisão para perdas de crédito esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do pronunciamento técnico CPC 48.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras combinadas.

a) Moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo de da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando taxas de câmbio nas datas das transações.

Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão do Grupo efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

d) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na obsolescência ou realização dos estoques.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

f) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023	2022
Aeronave	10	15
Benfeitorias	15	11
Edificações	25	43
Máquinas	20	16
Veículos	5	8
Móveis, utensílios e equipamentos	18	14

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

g) Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

h) Redução ao valor recuperável - “impairment”

No fim de cada exercício, a Administração do Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Instrumentos financeiros - pronunciamento técnico CPC 48

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros do Grupo mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são contas a receber de clientes, outras contas a receber e partes relacionadas.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em 2023 e 2022 o Grupo não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros do Grupo mensurados pelo custo amortizado em 2023 e 2022 são fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamento de clientes.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira.

O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

O Grupo sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica do Grupo, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável.

Para todos os outros instrumentos financeiros, o Grupo reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses.

A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório.

Baixa de ativos e passivos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se o Grupo não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que o Grupo pode ter que pagar. Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

O Grupo baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

O Grupo contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

j) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

(i) *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação do ativo de direito de uso, em anos, é como segue:

	<u>2023</u>
Terrenos e edificações	6
Veículos e máquinas	2
Móveis, utensílios e equipamentos	1

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	<u>Contratos 2023</u>	<u>Contratos 2022</u>
Até um ano	13,74%	15,16%
Até dois anos	13,10%	14,97%
Até cinco anos	12,44%	13,93%
Até dez anos	13,00%	14,04%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração do Grupo e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social das entidades e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

n) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

o) CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes.

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias.
- O Grupo não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.
- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/ controle é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido.

O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O Grupo está no ramo farmacêutico, com o fornecimento de medicamentos genéricos em geral. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos vendidos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses produtos.

Direito de devolução

O Grupo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável dado o grande volume de contratos que possuem características semelhantes. O Grupo então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e consequentemente considerada no reconhecimento de receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os bens os quais são esperados que sejam devolvidos (valores não incluídos no preço da transação). Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Abatimentos por volume

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O Grupo aplica ou o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

q) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

O Grupo considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado se refere a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

O Grupo, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, o Grupo goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

i) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

A Novamed possui subvenção governamental representada pelo benefício fiscal decorrente da Lei 2.826/2003, a qual regulamenta a política de incentivos fiscais e extrafiscais do Estado do Amazonas.

O incentivo visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as saídas de alguns produtos da Novamed. O benefício foi aprovado pelo Decreto 33.817 de 30 de julho de 2013. A Novamed possui a subvenção governamental de redução de 75% do imposto de renda, para parte das operações da Sociedade, inclusive adicionais não-restituíveis em conformidade com a portaria 283/13.

Em conformidade com a Lei n.º 11.638/07 e CPC 07, o montante referido ao subsídio da SUDENE foi reconhecido no resultado confrontando a despesa com imposto de renda, depois foi transferido para a conta Reserva de Incentivo Fiscal e não pode ser distribuído aos quotistas. A Sociedade também possui o benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, que permite às entidades beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa a 50% (cinquenta por cento) dos 30% (trinta por cento) do IRPJ devido.

ii) Regime Especial

Para consolidar as estratégias de negócio do Grupo NC, foi homologado à EMS Sigma Farma, Regime Especial concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 04/2018, sob nº 1474/2015 e anuído pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas por meio do ato declaratório 104/2018 - DETRI/SER/SEFAZ. O Regime Especial tem como objeto autorizar a Ems Sigma Farma, após realizar industrialização (embalagem) sob encomenda da fabricante Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda, remeter os produtos, por conta e ordem do encomendante, diretamente a armazém geral paulista, utilizando procedimento similar ao previsto no artigo 408 do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP).

r) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i) Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias do Grupo operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

ii) Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

iii) Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo

O Grupo, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, goza de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo.

Assim, os valores registrados pelo Grupo em 2023 e 2022 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

s) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia se tornar provável).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 6 - Instrumentos financeiros.

t) Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo.

u) ICPC 22/IFRIC 23 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

5. Adoção das CPCs novas e revisadas

a) CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O Grupo adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

O Grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).

- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

O Grupo adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do ‘processo de materialidade em quatro passos’ descrito na Declaração de Prática 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

O Grupo adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

- Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

O Grupo adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

b) CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e o Grupo não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras combinadas do Grupo.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

6. Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme o quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	2	535.218	535.218	608.235	608.235
Aplicações financeiras	-	2	137.961	137.961	-	-
Aplicações financeiras vinculada a empréstimo	-	2	81.766	81.766	1.285	1.285
Contas a receber de clientes (**)	-	2	1.709.778	1.709.778	1.601.912	1.601.912
Contas a receber de partes relacionadas	-	2	8.911	8.911	14.930	14.930
Outros recebíveis	-	2	96.415	96.415	56.809	56.809
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	166	166	-	-
			<u>2.570.215</u>	<u>2.570.215</u>	<u>2.283.171</u>	<u>2.283.171</u>
Passivos						
Fornecedores	-	2	(599.454)	(599.454)	(751.917)	(751.917)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	-	2	(19.401)	(19.401)	(12.300)	(12.300)
Empréstimos e financiamentos	-	2	(70.978)	(70.978)	(103.172)	(103.172)
Instrumentos financeiros derivativos	1	1	-	-	(6)	(6)
Debêntures	-	2	(224.153)	(224.153)	(224.757)	(224.757)
Passivo de arrendamento	-	2	(287.847)	(287.847)	(278.564)	(278.564)
Dividendos a pagar	-	2	(752.684)	(752.684)	(548.815)	(548.815)
Outras contas a pagar	-	2	(253.899)	(253.899)	(295.677)	(295.677)
			<u>(2.208.416)</u>	<u>(2.208.416)</u>	<u>(2.215.208)</u>	<u>(2.215.208)</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Valor bruto de custo

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que afetam as operações do Grupo estão apresentados a seguir:

a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual o Grupo está exposto, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores.

Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, uma vez que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular.

b) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

- Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa (nota 7)	535.218	608.235
Aplicação financeira	137.961	-
Contas a receber de clientes (nota 9)	1.680.102	1.569.063
Contas a receber de partes relacionadas	8.911	14.930
Outros recebíveis (nota 12)	96.415	56.809
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 11)	81.766	1.285
	2.540.373	2.250.322

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pelo Grupo pode incluir referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

i) Risco de variação cambial

O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía ativos e passivos em Dólar (USD) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	2.960	14.589	4.105	21.196
Fornecedores	(46.504)	(221.936)	(58.121)	(312.442)
Exposição líquida	(43.544)	(207.347)	(54.016)	(291.246)

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

Tipo	Moeda	Risco	Exposição	31/12/2023				
				Exposição original (R\$)	Taxa efetiva 31/12/2023	Provável Valor	25% Valor	50% Valor
Cientes	Dólar	Queda	2.223	10.762	4,8413	11.115	8.336	5.558
Cientes	Euro	Queda	737	3.944	5,3516	4.076	3.057	2.038
Fornecedores	Dólar	Alta	(44.166)	(214.353)	4,8413	(220.830)	(276.038)	(331.245)
Fornecedores	Euro	Alta	(1.411)	(7.551)	5,3516	(7.803)	(9.754)	(11.704)
Fornecedores	Yene japonês	Alta	(927)	(32)	0,0342	(33)	(41)	(49)
			(43.544)	(207.229)		(224.590)	(282.775)	(340.961)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do euro para o ano seguinte, conforme cotações obtidas no relatório Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN, sendo R\$5,00/ US\$ 1,00 e R\$5,53/ EUR 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano e do euro de 25% e de 50%, respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

a. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos derivativos contratados pelo Grupo tratavam-se de saldos de contratos a termo (NDF), os quais totalizam R\$96.466. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram ganho no valor de R\$166. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações foram contratadas pela taxa do dólar (USD) com vencimento entre 10 de janeiro de 2024 a 28 de fevereiro de 2024.

ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo estar sujeito aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Administração efetuou uma análise de sensibilidade supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 11,75%¹ ao ano de 2023), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$21.669. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira seria impactado em:

(¹) Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório Focus de 5 de janeiro de 2024, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Modalidade	Taxa efetiva em 31/12/2023	Risco	Exposição	Provável	25%		50%	
					%	Valor	%	Valor
Aplicação financeira (*)	11,75%	Baixa	713.273	83.810	8,81%	62.857	5,88%	41.905
Debêntures	11,75%	Alta	(224.153)	(26.338)	14,69%	(32.922)	17,63%	(39.507)
			489.120	57.472		29.935		2.398

(*) Montante resultante da soma dos saldos de aplicações financeiras evidenciados nas notas explicativas 8 e 9.

d) Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez, o Grupo monitora e mantém um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações do Grupo e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores e outras contas a pagar	(853.353)	(818.611)	(34.742)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(19.401)	(19.401)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(85.005)	(30.471)	(27.620)	(26.914)	-
Debêntures	(290.225)	(28.511)	(96.615)	(165.099)	-
Passivo de arrendamentos	(289.799)	(80.558)	(70.667)	(106.288)	(32.286)
Dividendos a pagar	(752.684)	(752.684)	-	-	-
Posição líquida	(2.290.467)	(1.730.236)	(229.644)	(298.301)	(32.286)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	41.672	27.553
Aplicações financeiras	493.546	580.682
	535.218	608.235

(i) As aplicações financeiras são representadas por cotas lastreadas em LTN e LFT em fundo de investimento de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é entre 60% e 100% em 31 de dezembro de 2023 (entre 80% e 105% em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

7.1 Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	137.961	-
	137.961	-

- i) As aplicações financeiras são representadas por cotas lastreadas em LF em fundo de investimento, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é de 100% em 31 de dezembro de 2023.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação financeira vinculada a garantia de financiamento (i)	1.546	1.285
Aplicação financeira vinculada a reinvestimento (ii)	80.220	-
	81.766	1.285

- (i) A aplicação financeira refere-se a garantia do financiamento de ICMS concedido à Entidade combinada EMS à título de subvenção governamental. O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento. Em 2022 foi realizada baixa parcial no montante de R\$903 conforme nota explicativa nº15. Os demais saldos ficarão retidos até quitação final do financiamento.
- (ii) A aplicação financeira refere-se a montantes que são mantidos como reserva que seriam utilizados no pagamento de IRPJ e CSLL e que não foram devido ao benefício concedido pelo reinvestimento. Esse montante é liberado para uso conforme é atendido aos requisitos previstos pela superintendência para reinvestimento na modernização da planta fabril.

9. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	1.709.778	1.601.912
(-) Provisão para perda esperada de crédito	(12.630)	(12.613)
(-) Provisão para devolução	(17.046)	(20.236)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.680.102	1.569.063

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contas a receber de clientes possuem a seguinte abertura por data de vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	1.479.080	1.395.255
Vencidos a menos de três meses	176.332	167.042
Vencidos de três a seis meses	30.086	25.312
Vencidos de seis meses a doze meses	16.579	8.389
Vencidos acima um ano	7.701	5.914
	<u>1.709.778</u>	<u>1.601.912</u>

As movimentações das provisões para perdas de crédito esperadas e para devolução do Grupo são as seguintes:

	<u>Provisão para perdas esperadas</u>		<u>Provisão para devolução</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	(12.613)	(11.008)	(20.236)	(8.905)
Reversão (constituição) de provisão	(17)	(1.605)	3.190	(11.331)
Saldo final	<u>(12.630)</u>	<u>(12.613)</u>	<u>(17.046)</u>	<u>(20.236)</u>

As contas a receber de clientes são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reais	1.695.189	1.580.716
Euro	4.060	5.156
Dólares americanos	10.529	16.040
	<u>1.709.778</u>	<u>1.601.912</u>

10. Estoques

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Produtos acabados	496.937	344.857
Matéria-prima	840.816	777.055
Produtos em elaboração	212.529	182.095
Material de embalagem e outros	186.619	276.026
Importações em andamento	41.154	75.298
Adiantamento a fornecedores	41.776	47.444
Provisão para devolução	8.825	9.686
Provisão para obsolescência	(79.399)	(129.595)
	<u>1.749.257</u>	<u>1.582.866</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A movimentação das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é apresentada abaixo:

	Provisão para obsolescência		Provisão para devolução	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(129.595)	(80.017)	9.686	3.306
Reversão (constituição) de provisão	50.196	(49.578)	(861)	6.380
Saldo final	(79.399)	(129.595)	8.825	9.686

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 4.d.

11. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL (i)	47.367	48.770
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	289.615	342.666
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii) – Não cumulativo	361.046	419.431
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (iii)	265.138	325.431
Outros	22.129	45.019
	985.295	1.181.317
Circulante	729.152	727.486
Não circulante	256.143	453.831

(i) Refere-se à antecipações de imposto de renda e contribuição social.

(ii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos gerados em decorrência do sistema monofásico de tributação amparado pela legislação em vigor.

(iii) Refere-se a créditos de PIS e COFINS decorrente de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, cujas ações judiciais tiveram trânsito em julgado em 10 de julho de 2018 e 15 de setembro de 2022, respectivamente.

12. Outros recebíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores	44.571	9.733
Adiantamento a partes relacionadas (Nota 29)	11.753	5.114
Adiantamento a funcionários	20.005	16.176
Indenização de sinistro	8.402	5.267
Outros	11.684	20.519
	96.415	56.809
Circulante	89.786	50.179
Não circulante	6.629	6.630

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

a. Direito de uso de ativos

	Terrenos e edificações q	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	223.381	31.899	5.030	260.310
Aquisições e remensurações	11.412	77.489	591	89.492
Baixas	(7.371)	(1.335)	-	(8.706)
Depreciação	(33.009)	(39.594)	(2.671)	(75.274)
Saldo contábil, líquido	194.413	68.459	2.950	265.822
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	286.456	215.710	11.178	523.838
Depreciação acumulada	(92.043)	(147.251)	(8.228)	(258.016)
Saldo contábil, líquido	194.413	68.459	2.950	265.822

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2021	128.753	48.443	1.054	-	178.250
Aquisições e remensurações	131.561	10.498	6.308	-	148.367
Baixas	(3.246)	(1.341)	-	-	(4.587)
Depreciação	(33.687)	(25.701)	(2.332)	-	(61.720)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	223.381	31.899	5.030	-	260.310
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	282.415	139.556	10.587	10.494	443.052
Depreciação acumulada	(59.034)	(107.657)	(5.557)	(10.494)	(182.742)
	223.381	31.899	5.030	-	260.310

b. Passivo de arrendamento

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	244.606	28.080	5.878	278.564
Aquisições e remensurações	11.412	77.489	591	89.492
Juros incorridos	27.048	7.791	449	35.288
Baixa	(10.467)	(5.306)	-	(15.773)
Pagamentos	(51.076)	(45.479)	(3.169)	(99.724)
Saldo contábil, líquido				
Em 31 de dezembro de 2023	221.523	62.575	3.749	287.847
Circulante				73.838
Não Circulante				214.009
				287.847

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	137.587	47.649	1.694	186.930
Aquisições e remensurações	131.561	10.498	6.308	148.367
Juros incorridos	28.082	2.652	573	31.307
Baixa	(3.969)	(3.359)	-	(7.328)
Pagamentos	(48.655)	(29.360)	(2.697)	(80.712)
Em 31 de dezembro de 2022	244.606	28.080	5.878	278.564
			Circulante	67.209
			Não Circulante	211.355

14. Imobilizado

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2022	384.575	501.632	47.593	320.023	168.288	1.422.111
Inclusão de entidade na combinação de negócio (i)	-	-	-	845	-	845
Aquisições	-	5.499	339	175.732	-	181.570
Baixas, líquidas	-	(207)	(119)	(12.670)	-	(12.996)
Transferências (**)	96.157	146.987	4.755	(258.133)	-	(10.234)
Depreciação	(15.871)	(44.970)	(7.545)	-	(14.838)	(83.224)
Saldo contábil, líquido	464.861	608.941	45.023	225.797	153.450	1.498.072
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	589.326	973.217	104.054	225.797	231.715	2.124.109
Depreciação acumulada	(124.465)	(364.276)	(59.031)	-	(78.265)	(626.037)
	464.861	608.941	45.023	225.797	153.450	1.498.072
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Obras em andamento (*)	Aeronave	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	375.548	489.567	36.341	179.312	179.868	1.260.636
Novas entidades combinadas	620	1.580	1.727	6.018	-	9.945
Aquisições	164	7.108	5.377	201.408	-	214.057
Baixas, líquidas	-	(570)	(29)	(1.050)	-	(1.649)
Transferências	15.975	38.939	10.218	(65.665)	-	(533)
Ajuste de conversão para apresentação (**)	(291)	(259)	56	-	-	(494)
Depreciação	(7.441)	(34.733)	(6.097)	-	(11.580)	(59.851)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	384.575	501.632	47.593	320.023	168.288	1.422.111
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	493.169	820.938	99.079	320.023	231.715	1.964.924
Depreciação acumulada	(108.594)	(319.306)	(51.486)	-	(63.427)	(542.813)
	384.575	501.632	47.593	320.023	168.288	1.422.111

(i) Refere-se a Rio Biofarma, que passou a integrar as informações financeiras combinadas a partir de janeiro de 2023, mais detalhes nota 1.b

(*) Obras em andamento referem-se a investimentos para expansão de linhas de produção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

(**) O valor de R\$10.234 na linha de transferências na movimentação do imobilizado, refere-se a itens de intangível que foram adicionados nessa rubrica em anos anteriores e transferidos para a rubrica de intangível durante o ano para classificação adequada desses itens.

Em 2023 a Administração do Grupo avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures (a)	DI + 1,4% a.a.	Maio/27	224.153	224.757
BNDES	(c)	Março/26 à fevereiro/27	68.857	91.017
FINEP	(b)	Abril/23	-	4.090
Banco Regional de Brasília - financiamento do ICMS (d)	25 % do INPC (i)	Dezembro/31	2.121	8.054
FINAME	2,50% a.a e 3% a.a	Janeiro/23 e fevereiro/23	-	11
			<u>295.131</u>	<u>327.929</u>
Circulante			26.396	31.242
Não Circulante			268.735	296.687
			<u>295.131</u>	<u>327.929</u>

- (a) Em 6 de maio de 2022 a EMS efetuou sua terceira emissão de debêntures em série única de 220.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, (mil Reais) não conversíveis em ações, de espécie quirografária para distribuição pública, com vencimento em 6 de maio de 2027. O pagamento do valor nominal será em três parcelas, sendo a primeira ao final do terceiro ano de data de emissão (6 de maio de 2025), a segunda parcela ao final do quarto ano da data de emissão (6 de maio de 2026) e a terceira parcela ao final do quinto ano da data de emissão, sendo essa em seu vencimento final, com remuneração de 100% da DI + 1,4% a.a., paga semestralmente.
- (b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata temporis*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano. A EMS possuía carta fiança no valor total de R\$15.174 para coberturas do contrato em questão. O financiamento foi quitado na data do vencimento.
- (c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos junto ao BNDES, conforme demonstrado abaixo:
- (i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$75.712 que será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$2.840 (R\$4.062 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final 15/03/2026.
- (ii) Contrato Reconstrução do Almojarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:
- Subcrédito "A" - no valor de R\$ 43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamentos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almojarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$26.291 (R\$34.629 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final 15/02/2027.
- Subcrédito "B" - R\$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia Atualmente o saldo em aberto é de R\$24.190 (R\$31.864 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final 15/02/2027.
- (iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Subcrédito "A" - no valor de R\$34.413 (liberado R\$19.077) destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$12.115 (R\$15.957 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

Subcrédito "B" - R\$13.410 (liberados R\$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R\$3.421 (R\$4.505 em 31 de dezembro de 2022) com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final em 15/02/2027.

- (d) Banco Regional de Brasília - BRB - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da EMS no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela EMS, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$1.546 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.285 em 31 dezembro de 2022).

Em 2022, por meio de leilão junto ao BRB, a EMS efetuou a movimentação de R\$5.030 para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R\$903 para quitação dos valores junto ao BRB.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo figura como fiadora de obrigações assumidas por outra empresa, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$145.203 e pago em 15 de dezembro de 2023.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que o Grupo mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros. Na avaliação da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente foram adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração do Grupo fez o acompanhamento das cláusulas de obrigações especiais contidas nestes contratos e entende que não realizou nenhuma ação que descumprisse estas, portanto o Grupo está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data dessas demonstrações financeiras combinadas.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

circulante em 31 de dezembro de 2023 estão assim demonstrados:

	31/12/2023
2023	26.396
2024	95.380
2025	94.436
2026 em diante	78.919
	295.131

A reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	327.929	400.516
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamentos:		
Captação de empréstimos	-	305.415
Amortização de empréstimos e financiamentos (i)	(27.040)	(335.887)
Baixa do e empréstimos e financiamentos	(5.030)	-
Variação monetária sobre amortização de empréstimos e financiamentos	21	(26.451)
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	295.880	343.593
Outros itens		
Despesa com juros e variação monetária	37.647	32.699
Pagamentos de juros e variação monetária	(38.396)	(48.363)
Total de outros itens	(749)	(15.664)
Saldo Final	295.131	327.929

- (i) Refere-se a renegociação realizada junto ao BRB referente a concessão de benefício creditício de ICMS, arrematada via leilão junto a instituição, com o objetivo de reduzir o montante a pagar transferido à credora.

16. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores estrangeiros	221.936	305.431
Fornecedores nacionais	248.854	273.770
Fornecedores nacionais - risco sacado (*)	47.594	71.206
Fornecedores de serviços	81.070	101.510
	599.454	751.917

- (i) O Grupo NC possibilita que os seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem os seus recebíveis com um desconto sobre o valor principal. A opção e a decisão de aderir ao risco sacado é feita, de forma única e exclusiva pelo fornecedor, por meio de convênios com instituições financeiras, com intermédio da empresa podendo assim reduzir os seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do Grupo (o comprador), sendo o montante da operação realizado integralmente com o Banco Itaú S/A.

Esse convênio não altera as condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre o Grupo e os seus fornecedores, e não incorre em despesas financeiras ao Grupo, por esse motivo os saldos a pagar são mantidos na rubrica de "Fornecedores".

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

17. Salários e encargos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Férias a pagar	66.957	61.206
Participação nos resultados	89.087	80.264
Encargos sociais sobre férias e gratificações	67.006	48.838
13º salário	855	-
Outros	4.330	4.640
	228.235	194.948

18. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante os tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza controle e análise das demandas judiciais pendentes. Com base nas experiências anteriores e referente às quantias reivindicadas no que tange as ações trabalhistas, constitui provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso. O Grupo apresenta os seguintes passivos contingentes provisionados e depósitos judiciais já realizados:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias e cíveis (i)	177.964	124.575	(27.372)	(22.615)	150.592	101.960
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	174.000	151.691	(41.049)	(57.989)	132.951	93.702
	351.964	276.266	(68.421)	(80.604)	283.543	195.662

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	276.266	219.778	80.604	54.878
Constituição da provisão	121.028	97.496	-	9.053
Atualização monetária	28.939	16.084	9.139	16.673
Reversão/remensuração dos processos	(37.203)	(55.376)	(15.716)	-
Baixa/pagamento de processos	(37.574)	(17.989)	(5.606)	-
Inclusão da entidade na combinação de negócio (i)	-	17.688	-	-
Reclassificação da operação descontinuada	508	(1.415)	-	-
Saldo final	351.964	276.266	68.421	80.604

(i) Refere-se a inclusão das empresas Lafiman e Snellog na demonstração financeira combinada no exercício de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

a. Composição

i) *Processos cíveis e tributários*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Tributários (i.1)	38.729	13.323
Cíveis (i.2)	139.235	111.252
	<u>177.964</u>	<u>124.575</u>

(i.1) Saldo substancialmente representado por Execução Fiscal distribuída pela União Federal, objetivando a cobrança de crédito tributário de IRPJ e CSLL, a qual possui probabilidade de perda provável de R\$ 30.304 em 31 de dezembro de 2023.

(i.2) Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelas entidades do grupo.

ii) *Processos trabalhistas*

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

iii) *Perdas possíveis, não provisionadas*

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue composição e estimativa a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis (b)	692.804	948.713
Fiscais - IR/CSLL (a.1)	1.631.664	1.732.746
Trabalhistas	342.330	232.143
Fiscais- Outros (a.2)	864.617	610.925
	<u>3.531.415</u>	<u>3.524.527</u>

(a.1) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta indedutibilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL na EMS. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito negocial envolvendo joint venture com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, as normas contábeis vigentes à época da operação autorizavam a referida amortização nos moldes realizados, e a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé. A tese defendida pela empresa foi devidamente acolhida pela 1ª Turma do CARF, que quando da análise do caso, cancelou a autuação por maioria dos votos. Em 12 de setembro de 2017 a decisão foi revertida perante a Câmara Superior, após decisão favorável ao recurso especial da Fazenda Nacional, pelo voto de qualidade (nesse cenário, houve o desmembramento do processo para julgamento da multa qualificada pela Câmara Baixa, que deu provimento ao Recurso Voluntário da Companhia, cuja decisão, favorável à empresa, foi confirmada pela Câmara Superior, transitada em julgado no início de 2023). Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia obteve decisão judicial, que manteve a decisão proferida pela Câmara Baixa do CARF, que cancelou integralmente a autuação, considerando que o recurso da Fazenda Nacional, não preencheu os requisitos para admissibilidade, a qual foi confirmada pelo Tribunal Regional da 1ª Região em 26 de abril de 2023.

A Companhia, em conjunto com os seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possível o risco de perda para este caso, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.023.469.

- (a.2) A Germed possui auto de infração decorrente de supostos créditos presumidos indevidos de PIS e COFINS sobre medicamentos adquiridos de terceiros, relativos aos anos-calendários de 2014 a 2017. No julgamento em 1ª instância administrativa, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal deu parcial provimento à impugnação. Atualmente aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$311.096 (R\$282.408 em 31 de dezembro 2022).
- (b) Refere-se substancialmente a Ação Popular ajuizada com o objetivo de ver ressarcidos os supostos prejuízos ao Erário, decorrentes de contratos firmados na Parceria de Desenvolvimento de Produto - PDP celebrada entre a EMS, o Instituto Vital Brasil IVB e a UNIÃO.

b. Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de IRPJ e CSLL. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo.

O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

a) Decisão do STF – Temas 881 e 885 da repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A administração avaliou e concluiu que o Grupo não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras combinadas.

b) Decisão do STJ - Possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e CSLL.

Em 26 de abril de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas.

A Administração avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que os efeitos estão adequadamente reconhecidos nas informações financeiras intermediárias combinadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Saldo em 31/12/2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2023
Provisão para recuperação de impostos	(87.820)	30.153	(57.667)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(90.339)	(13.494)	(103.833)
Provisão de <i>cut-off</i>	70.793	(26.731)	44.062
Provisão para obsolescência	44.041	(17.228)	26.813
Provisão para perdas com processos judiciais	95.638	11.625	107.263
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	11.119	(1.079)	10.040
Provisão para participação no resultado	27.290	2.996	30.286
Provisão para amostra grátis	16.126	(7.841)	8.285
Provisão para locação de veículos	853	531	1.384
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(3.644)	1.304	(2.340)
Arrendamento CPC 06/ IFRS 16	15.832	6.616	22.448
Prejuízo fiscal e base negativa	8.586	58.950	67.536
Valor justo investimento Multilab	(9.337)	6.090	(3.247)
Ganho por compra vantajosa Multilab	(17.406)	-	(17.406)
Provisão de comissões e bonificações	33.693	3.788	37.482
Outras provisões	21.012	(20.034)	977
	136.437	35.646	172.083
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	193.214		234.502
Imposto de renda e contribuição social diferido - passivo	(56.777)		(62.419)
	136.437		172.083

b. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.539.743	2.433.988
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(863.513)	(827.556)
Redução de 75% do imposto de renda por subvenção (Novamed)	221.582	222.421
Inovação tecnológica (P&D) Lei nº 11.196/05 (EMS)	37.551	38.997
Subvenção LC 160 / ICMS (i)	79.862	-
Reinvestimento	7.928	12.472
Subvenção para investimento (ICMS)	137.692	112.265
Outras adições/exclusões permanentes	4.239	16.257
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(374.658)	(425.144)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	35.646	53.422
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(410.304)	(478.566)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(374.658)	(425.144)

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

(i) Dos montantes reconhecidos de R\$79.862 (base de cálculo R\$234.889) refere-se aos créditos extemporâneos reconhecidos pelas empresas Legrand e Multilab, as quais para fins de preparação destas demonstrações financeiras combinadas têm seu patrimônio líquido eliminado (essas empresas são controladas pela EMS S.A. e Multilab respectivamente), desta forma quando comparado ao impacto na Reserva de Incentivos Fiscais (vide nota explicativa 21.c), esse efeito deve ser considerado para conciliação.

(i.1) IRPJ e CSLL sobre benefícios de ICMS – Decisão “STJ”:

Referidos créditos extemporâneos foram reconhecidos decorrente do julgamento da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) decidiu por unanimidade e em sede de recurso repetitivo que é impossível excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, diferimento, dentre outros da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ressalvados os casos em que os contribuintes cumpram as condições do artigo 10 da Lei Complementar nº 160/2017 e artigo 30 da Lei nº 12.973/14, como por exemplo, o registro em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/76 e observadas as demais condições para o uso de tais reservas. Em 12 de junho de 2023, foi publicado o inteiro teor do acórdão do Tema 1.182/STJ, o qual expõe e confirma as Teses propostas pelos Ministros do STJ acima descritas. Foi noticiado o ingresso de Embargos de Declaração pelas Partes envolvidas com o intuito de esclarecer potenciais obscuridades presentes no inteiro teor do referido julgamento. É esperado que os Ministros do STJ analisem e julguem tais Embargos de Declaração, para o qual, neste momento, não há data definida.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo três principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma decisão judicial na esfera do STJ, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, a Administração concluiu que é mais provável que não que o Grupo NC Farma possui o direito de efetuar a exclusão dos benefícios fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (“ICMS”) das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) na data de aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras combinadas e esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário extemporâneo foi realizado para o período findo em 31 de dezembro de 2023, cujos efeitos nas demonstrações dos resultados foram: (i) imposto de renda e contribuição social diferidos: R\$79.862 (base de cálculo R\$234.889).

Por fim, o Grupo possui duas ações judiciais referentes à tese: (i) uma que tramita perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nome da Novamed, que se encontra aguardando julgamento em 2ª instância, após sentença integralmente favorável à empresa, e (ii) outra em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em nome das demais farmas (EMS, Germed, Legrand e Multilab) e, que se aguarda decisão em 1ª instância.

c. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ a pagar	53.487	75.453
CSLL a pagar	35.293	49.911
	<u>88.780</u>	<u>125.364</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	125.364	104.884
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	410.304	478.566
(-) Compensações com tributos federais	(165.975)	(228.366)
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	(280.916)	(229.720)
(=) Saldo final	<u>88.780</u>	<u>125.364</u>

20. Impostos parcelados

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Parcelamento - Lei nº 11.941/09 (i)	15.308	33.778
Parcelamento de ICMS (ii)	3.916	3.918
Parcelamento de ICMS - Sinistro (iii)	-	7.611
	<u>19.224</u>	<u>45.307</u>
Circulante	19.224	32.125
Não circulante	-	13.182

- (i) Em novembro de 2009, o Grupo e a sua controlada EMS Sigma Pharma aderiram ao REFIS IV, programa de parcelamento e de quitação de débitos tributários. Os saldos dos impostos parcelados estão sujeitos a atualização monetária pela variação da taxa SELIC. Foram incluídos nesse programa os tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e previdenciários que estavam sob discussão judicial, na opção de parcelamento em 180 meses, que conferiu o Grupo anistia parcial de 60% da multa, 20% sobre as multas isoladas e redução de 25% dos juros sobre a dívida original. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$23.922 e para a Sigma Pharma foi de R\$1.193.

Em agosto de 2014, o Grupo solicitou o parcelamento de débitos conforme moldes da Lei 12.996/2014, onde foram incluídos valores não parcelados anteriormente, na opção de parcelamento em 120 meses, que conferiu ao Grupo anistia parcial de 70% sobre as multas de mora e ofício, 25% sobre as multas isoladas, 30% sobre os juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal. O valor do principal da dívida consolidada da EMS S.A. foi de R\$1.762 e para a Sigma Pharma foi de R\$51. Em virtude do processo de consolidação em 2016 houve um acréscimo de R\$1.126.

- (ii) Adesão ao parcelamento do ICMS com o Governo do Distrito Federal ocorrida no segundo semestre de 2007, para quitação de débitos de ICMS gerados pela glosa de créditos considerados indevidos pelas autoridades fiscais, os quais reduziram o saldo a pagar desse imposto. O Grupo parcelou o valor do sinal no montante de R\$435 em 36 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2007 e a última parcela em dezembro de 2023. O saldo remanescente é devido integralmente no mês subsequente ao término do parcelamento. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação do INPC acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o período do parcelamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

(iii) Parcelamento dos impostos relativos aos ativos baixados pelo sinistro ocorrido em novembro de 2018, referente aos créditos de ICMS tomados nas entradas das mercadorias que foram incineradas devido ao incêndio de grandes proporções que atingiu a área de expedição e de almoxarifado da sede da EMS, em Hortolândia, Estado de São Paulo, no dia 20 de outubro de 2018. O Grupo parcelou o montante de R\$634 em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em janeiro de 2019. Sobre cada parcela incidirá atualização monetária equivalente à variação da Selic acrescido de juros simples de 2% ao mês sobre o período do parcelamento.

O saldo de impostos parcelados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Principal	11.887	28.786
Juros	7.337	16.521
	<u>19.224</u>	<u>45.307</u>

21. Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Antecipações de clientes	54.214	34.243
Antecipações de partes relacionadas	18.601	44.840
Outras contas a pagar com sócios	8.925	8.925
Provisão de terrenos a pagar	12.061	12.061
Provisão de serviços de terceiros	14.123	40.574
Provisão de despesas com funcionários	3.359	7.390
Provisão de comissões e bonificações	110.240	99.098
Provisão de locação de veículos	8.476	7.143
Provisão de despesas com marketing e promoções	9.690	23.491
Outras provisões	14.210	17.912
	<u>253.899</u>	<u>295.677</u>
Circulante	219.157	232.691
Não Circulante	34.742	62.986

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

22. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$1.455.464.428 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.408.937 31 de dezembro de 2022), representado pelas ações/quotas abaixo:

Acionista/Quotista	EMS S.A	Germéd	Lafiman	Snellog	Novamed	Multilab	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	Rio Biofarma	Total
NC Participações S.A.	19.800.000	10.272.741	43.000.000	11.650.000	-	190.238.099	77.398	1.379	12.282	90.000	12.325.500	287.467.399
Germéd Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.000
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	-	-	875.847.771	-	-	-	-	-	-	875.847.771
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	145.974.629
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	145.974.629
	20.000.000	10.272.741	43.000.000	11.650.000	1.167.797.029	190.238.099	77.398	1.379	12.282	90.000	12.325.500	1.455.464.428

31.12.2022

Acionista/Quotista	EMS S. A.	Germéd	Lafiman	Snellog	Novamed	Multilab	EMS Sigma	Legrand	Luxbiotech	Montereseach	RioBio Pharmaceuticals	Total
EMS S.A.	-	-	-	-	-	-	7.662.451	136.464	97.516.851	90.000	3.308	105.409.074
NC Participações S.A.	19.800.000	10.272.741	1.000.000	8.150.000	-	-	77.398	1.379	206.158	-	-	39.507.676
Germéd Farmacêutica LDA.	200.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.000
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. (*)	-	-	-	-	-	190.238.099	-	-	-	-	-	190.238.099
Carlos Eduardo Sanchez	-	-	-	-	875.847.771	-	-	-	-	-	-	875.847.771
Leonardo Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	145.974.629
Marcus Vinicius Sanchez Secundino	-	-	-	-	145.974.629	-	-	-	-	-	-	145.974.629
	20.000.000	10.272.741	1.000.000	8.150.000	1.167.797.029	190.238.099	7.739.849	137.843	97.723.009	90.000	3.308	1.503.151.878

(*) A partir de janeiro de 2023 o grupo optou por incluir a Rio Biofarma no Combinado Farma, com o objetivo de combinar as empresas do ramo farmacêutico pertencentes ao Grupo NC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Em 6 de junho de 2023 houve um aumento de capital na Rio Biofarma no montante de R\$12.440 mediante a emissão de 12.440.000 cotas no valor nominal de R\$ 1,00, sendo dessas cotas 124.500 pertencente a EMS S.A. (1% de participação), eliminadas nessa demonstração financeira combinada.

Em 14 de setembro de 2023 houve um aumento de capital integralizado via AFAC na Lafiman, no montante de R\$42.000 mediante a emissão de 42.000.000 cotas no valor nominal de R\$1,00.

Em 22 de setembro de 2023 houve um aumento de capital integralizado via AFAC na Snellog, no montante de R\$3.500 mediante a emissão de 3.500.000 cotas no valor nominal de R\$1,00.

Em 26 de dezembro de 2023, houve um aumento de capital social da EMS mediante a capitalização de reservas de capital no montante de R\$164.019, sem emissões de novas ações.

b. Reserva de capital

Reserva de incorporação de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da controladora da entidade combinada EMS, a EMS Investimentos S/A. O saldo de reserva de ágio no montante de R\$ 164.019 foi utilizado para aumento de capita social, sem emissão de novas ações.

Transações entre sócios

Em 23 de junho de 2022 a Novamed adquiriu 12,01% restante da participação da Multilab dos quotistas minoritários. O valor justo da aquisição totalizou R\$138.432 que em contrapartida ao valor de livros de R\$56.989, resultou numa reserva de capital negativa de R\$81.443.

c. Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

A entidade combinada EMS possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas, ocorreu a realização de R\$3.003. Contudo ainda aguardamos a realização do leilão para quitação do valor residual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A entidade combinada Novamed possui incentivo fiscal que reduz em 75% o valor do imposto de renda e contribuição social para parte das suas operações conforme Decreto-Lei no 1.598/77, e um incentivo que visa isentar o pagamento de 100% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a saída de alguns produtos conforme Lei 2.826/2003.

O grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício de não oferecer à tributação do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a Lei Complementar nº 160 em 2017. A partir de agosto de 2021, a Companhia optou por suspender a tratativa da exclusão das demais isenções e reduções de subvenção do ICMS sem contrapartida, mantendo apenas o registro contábil dos benefícios que já haviam sido registrados até julho de 2021 na rubrica Reserva de incentivos fiscais.

Em junho de 2023, foi publicado o inteiro teor do acórdão do Tema 1.182/STJ, o qual expõe e confirma as Teses propostas pelos Ministros do STJ. De acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário extemporâneo foi realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos efeitos nas demonstrações dos resultados foram: (i) imposto de renda e contribuição social diferidos: R\$79.862 (base de cálculo R\$234.889).

O montante reconhecido como reserva de incentivos fiscais durante o exercício em 31 de dezembro de 2023 é de R\$799.044 (R\$593.863 em 31 de dezembro de 2022) compostos por R\$582.492 referentes aos incentivos fiscais de ICMS e R\$221.582 referentes ao incentivo de redução de 75% do valor do valor de imposto de renda e contribuição social.

Reserva legal

Constituída, nas sociedades anônimas, em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 as entidades combinadas aplicáveis a legislação fizeram o reconhecimento de reserva legal de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício no montante de R\$19.056.

Retenção de lucros

Constituída com o saldo do lucro líquido de 31 de dezembro de 2023 e ano de 2022 após a apropriação dos dividendos e a constituição de reserva legal. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

No momento da combinação das informações financeiras existem variações de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior. Essa diferença é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Em 2023 houve efeito ativo de conversão de câmbio reconhecidas no patrimônio líquido no montante de R\$237 (R\$6.968 em 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

e. Dividendos e destinação do resultado

A movimentação dos saldos dos dividendos a pagar, é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	548.815	595.813
Constituição de dividendos	1.862.400	858.273
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	26.536	67.651
Inclusão de entidade na combinação de negócio	-	11.662
(-) Pagamentos	<u>(1.685.067)</u>	<u>(1.283.375)</u>
Total dividendos a pagar - Circulante	752.684	548.815

23. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vendas brutas de produtos deduzindo os abatimentos comerciais	9.039.818	8.090.708
Impostos sobre vendas	(855.241)	(942.399)
Devoluções sobre vendas	<u>(239.709)</u>	<u>(377.601)</u>
Receita operacional líquida	<u>7.944.868</u>	<u>6.770.708</u>

A partir do regime especial de industrialização por encomenda, como parte do seu processo produtivo, obtido junto ao estado de São Paulo e anuído pelo governo do Amazonas, a Novamed remete produtos semiacabados para uma parte relacionada para a realização do processo de embalagem. Posteriormente, esses produtos retornam simbolicamente à Empresa e são enviados fisicamente por conta e ordem para a armazenagem no operador logístico onde sairá para venda. O reconhecimento da receita ocorre quando o controle dos produtos e mercadorias é transferido para o cliente final.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

24. Abertura dos custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.663.320)	(1.380.920)
Salários e encargos sociais	(1.172.796)	(979.484)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(361.327)	(366.490)
Custos previdenciários	(302.152)	(248.671)
Custos de publicidade	(264.767)	(186.654)
Despesas de transporte	(316.997)	(133.096)
Amostras	(178.924)	(167.971)
Benefícios para funcionários previstos em Lei	(124.967)	(104.855)
Outros benefícios a empregados	(145.757)	(112.918)
Viagens/estadas e refeições	(72.673)	(59.759)
Material de limpeza e escritório	(110.380)	(89.291)
Plano de participação nos resultados	(80.519)	(87.724)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(85.734)	(73.456)
Encargos de depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(88.855)	(65.691)
Encargos de amortização de direito de uso	(75.274)	(52.119)
Energia elétrica, água e telefone	(35.090)	(34.751)
Combustíveis e lubrificantes	(45.132)	(35.894)
Provisão para perdas com processos judiciais	(83.825)	(42.120)
Comissões sobre vendas	(22.056)	(27.961)
Perda efetiva no contas a receber	(54.784)	-
Provisão para devolução	3.190	(6.380)
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	(16)	(2.478)
Provisão para obsolescência dos estoques	50.196	(112.973)
Outras despesas (receitas)	(42.358)	19.639
Total dos custos e despesas	<u>(5.274.317)</u>	<u>(4.352.017)</u>
Custo dos produtos vendidos	(2.620.209)	(2.301.809)
Despesas com vendas	(829.499)	(523.109)
Despesas administrativas	(1.824.609)	(1.527.099)
	<u>(5.274.317)</u>	<u>(4.352.017)</u>

25. Outras (despesas) receitas, líquidas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras despesas		
Impostos e taxas (i)	(189.471)	(139.792)
Outros	(4.658)	(10.151)
	<u>(194.129)</u>	<u>(149.943)</u>
Outras receitas		
Recuperação de impostos	35.916	100.381
Ganho na baixa de Investimentos	8.959	5.452
Ganho de subvenção referente concessão de ICMS (Nota 14) (ii)	5.030	-
Outras receitas	11.959	44.475
	<u>61.864</u>	<u>150.308</u>
Outras (despesas) receitas, líquidas	(132.265)	365

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

- (i) Refere-se substancialmente a taxas e contribuições vinculadas aos incentivos fiscais da Sociedade pagas em favor do Fundo de Fomento do Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Sociedades - FMPES, da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, do Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas - FTI, de outros fundos ou programas instituídos pelo governo amazonense ou de instituições que desenvolvam programas e projetos sociais, culturais e esportivos, sem fins lucrativos, conforme previsto pela Lei 2.826/03.
- (ii) Refere-se a renegociação realizada junto ao BRB referente a concessão de benefício creditício de ICMS, o qual foi reconhecido como ganho com subvenção após a quitação dos passivos junto à credora.

26. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira		
Varição cambial ativa e de instrumentos financeiros	48.956	189.820
Rendimento de aplicação financeira	81.120	67.365
Juros de duplicatas a receber	17.387	30.932
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.139	16.673
Outras	<u>14.497</u>	<u>2.462</u>
Total da receita financeira	<u>171.099</u>	<u>307.252</u>
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos, financiamentos	(37.647)	(36.801)
Juros e atualizações monetárias	(31.258)	(6.478)
Varição cambial passiva e de instrumentos financeiros	(56.631)	(210.630)
Arrendamento IFRS 16 - juros passivos	(35.288)	(31.307)
Outras	<u>(8.818)</u>	<u>(7.104)</u>
Total da despesa financeira	<u>(169.642)</u>	<u>(292.320)</u>
Resultado Financeiro, líquido	<u>1.457</u>	<u>14.932</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

27. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações do Grupo com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

a. Saldos contas patrimoniais do fim do exercício

	Contas a Receber		Fornecedores	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rinplus	1.359	-	-	-
Instituto Vita Nova	-	-	10.757	960
Underskin LLC	1.115	4.489	-	-
Galenika	233	304	-	5.662
3Z Realty	4.401	3.204	-	-
Outros	1.803	6.933	8.644	5.678
	8.911	14.930	19.401	12.300

	Outras contas a receber e		Outras contas a pagar	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instituto Vita Nova	10.000	627	-	-
Innoveren Pharma S.A.	-	-	4.840	4.840
NC Farma Participações S/A	-	-	13.761	40.000
NC Investimentos Ltda	847	847	-	-
Germed PT	-	2.875	-	-
Outros	906	765	-	-
	11.753	5.114	18.601	44.840

b. Dividendos a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
NC Investimentos	11.662	11.662
NC Participações	648.788	449.586
Germed	30.366	25.699
Saltmont Fundo	46.402	46.402
Saltriver Fundo	7.733	7.733
Global	7.733	7.733
	752.684	548.815

c. Remuneração do pessoal chave da administração

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 11,487% das despesas com folha de pagamento no exercício em 31 de dezembro de 2023 (9,54% em 31 de dezembro de 2022).

28. Seguros

O Grupo mantém apólices globais de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do Grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais, é de R\$1.040.000 em 2022 (R\$900.000 em 2022), e R\$20.000 para responsabilidade civil (R\$ 10.000 em 2022);

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Compromissos

a. Compra marca Dermacyd

Conforme mencionado em Nota 1.a, o Grupo possui um compromisso de pagamento no montante de 66 milhões de euros, com previsão de pagamento para janeiro de 2024.

30. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a. Composição das transações que não envolvem caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Integralização de capital mediante AFAC (nota explicativa 22.a)	42.000	-
Compensação de impostos (IR/CS Corrente)	(171.713)	(228.366)

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

31. Eventos subsequentes

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) Pagamento e conclusão da transação de aquisição da marca Dermacyd

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a EMS efetivou a conclusão da transação de aquisição da marca Dermacyd mediante o pagamento do montante de R\$198.432 em 31 de janeiro de 2024.

b) MP 1185/23 convertida na Lei 14.789/23

Em 29 de dezembro de 2023 o Congresso Nacional converteu a MP 1.185/23 na lei 14.789/23. A Lei dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico; altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 14.592, de 30 de maio de 2023, e 14.754, de 12 de dezembro de 2023; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.973, de 13 de maio de 2014.

Nesse contexto, a Administração do Grupo avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a partir do exercício de 2024 não será possível proceder com a exclusão das subvenções de ICMS para fins de base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Com base nesse preceito, o Grupo não irá proceder com nenhuma movimentação nas contas do patrimônio líquido a partir de janeiro de 2024.

32. Aprovação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas foram aprovadas pela Administração e autorizadas para publicação em 17 de abril de 2024.
